

A Internacionalização de empresas brasileiras e a "questão social" na política externa dos governos petistas: O caso da relação Brasil-Cuba (2003-2014)

Luís Eduardo Fernandes¹

Introdução

A política externa dos governos petistas tem sido objeto de intensos debates entre cientistas sociais e políticos, historiadores, diplomatas e, até mesmo, ocupou lugar de destaque nos grandes meios de comunicação. Para Adriano de Freixo e Jacqueline Freitas², contrariando as opiniões da grande mídia e de parte do antigo corpo diplomático, a maioria das análises dos acadêmicos brasileiros e centros de pesquisas nacionais tiveram uma impressão positiva acerca da inserção brasileira no cenário internacional durante os governos petistas, em especial dos governos Lula.

Segundo Carlos Aurélio Pimenta de Faria³, a política externa petista teria um viés "humanista" e "solidário". A chamada "questão social" ocuparia um papel estratégico na inserção brasileira no cenário internacional. Pelo menos no discurso, a agenda social de combate à fome no mundo, inclusão das massas "excluídas" na economia nacional e a promoção de políticas sociais e acordos de cooperação internacional visando o "desenvolvimento social" eram centrais nas intervenções de diversas autoridades brasileiras, em especial nas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os principais focos da política externa petista foram: (1) a ênfase nas relações Sul-Sul; (2) a prioridade conferida à América do Sul e (3) a criação de coalizões Sul-Sul, o G20 comercial e o grupo dos BRICS (integrados, principalmente, por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Existem muitas análises distintas sobre a política externa dos governos petistas, mas, em sua maioria, todas concordam com o fato de que houve uma sensível mudança em relação aos governos anteriores, em especial, entre o período de 1995 e 2000.

Tratam-se de abordagens e conclusões com perfis teóricos diversos. No entanto, acreditamos que as mudanças numa política exterior não se explicam, exclusivamente, pelo novo partido de um governo, seus quadros ou sua orientação política. Mas sim pela dinâmica e pelas disputas em jogo na sociedade civil, entre classes, grupos sociais e frações de classe que podem determinar os rumos da política.

¹ Doutorando em Serviço Social UFRJ.

² FREIXO, Adriano de et al. *A Política Externa Brasileira na Era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

³ FARIA, C.A.P. A difusão de política sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. *Interseções*, v. 14 n. 2, 335-371, 2012.

Nesse sentido, problematizamos o uso contínuo da expressão "interesse nacional", tão recorrente nas obras acadêmicas. É necessário qualificar o "nacional" e desvendar seu conteúdo social e de classe por detrás das aparências, sem cair em teoricismos e simplificações. As importantes contribuições de Tatiana Beringer⁴, Virgínia Fontes⁵ e Mathias Luce⁶ nos ajudam a avançar nesse sentido. Embora tenham análises diferentes, esses autores conseguem relacionar o estudo da política externa dos governos petistas com as disputas no interior da sociedade civil, trazendo a influência de organizações empresariais na direção dessa política.

A diferença entre eles está na caracterização da política externa. Para Beringer, se utilizando do aparato teórico de Poulantzas, houve uma inflexão na política externa do Estado Brasileiro na transição dos governos FHC para os governos Lula, que esteve ligada à nova configuração do bloco no poder, a saber: a ascendente grande burguesia interna.

Fontes desenvolve a compreensão de inserção do Estado brasileiro na dinâmica do chamado "capital-imperialismo". Segundo a historiadora, o aumento da concentração de capitais e a internacionalização de empresas brasileiras levaram o Brasil a integrar, ainda que de maneira subalterna, o grupo dos países imperialistas. O objetivo da autora era compreender a nova dinâmica do capitalismo contemporâneo no Brasil, por isso, se utiliza do conceito de capital-imperialismo para demarcar as mudanças do imperialismo formulado por Lênin, além de se contrapor às ideias de globalização, neoliberalismo e mundialização do capital.

Já Mathias Luce reatualiza as teses de Ruy Mauro Marini acerca da inserção "subimperialista" do Brasil no cenário internacional, em especial na América Latina. Mais do que um "imperialismo subalternizado", o subimperialismo brasileiro, para Luce, seria fruto das próprias especificidades do desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina. O advento do subimperialismo encontra-se relacionado ao deslocamento dos problemas de realização da economia dependente, mediante a mobilização de expedientes que cumpriram uma função ao restaurar a unidade entre produção e realização do valor, como ocorreu no ciclo de expansão acelerada de 1968 a 1973 e durante os governos Lula na economia brasileira.

Recentemente, um grupo plural de historiadores, economistas, cientistas políticos e sociais têm se debruçado sobre a temática da internacionalização de empresas brasileiras, em especial sobre a expansão para países latino-americanos.

⁴ BERRINGER, Tatiana. *A Burguesia Brasileira e os Governos FHC e Lula*. São Paulo: Appris, 2015.

⁵ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

⁶ LUCE, Mathias. Sub Imperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. Fortaleza: *Tensões Mundiais*, V. 10, N. 18/19, p. 45-63, 2014.

O historiador Pedro Henrique Campos⁷, têm se destacado nessa importante missão, ao estudar o processo histórico de transnacionalização das empreiteiras brasileiras. Contudo, além de constataremos a intensificação da internacionalização de empresas brasileiras, durante os governos petistas, também identificamos, concomitantemente, a tentativa de internacionalização da agenda de conciliação adotada no Brasil.

Como já fora bastante estudado e salientado por importantes pesquisadores do Serviço Social⁸, as próprias vicissitudes da subordinação da formação social brasileira aos centros capitalistas e às novas formas de organização do capitalismo contemporâneo ("neoliberalismo") impactam na adoção de políticas sociais, vinculadas a receituários de organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Sem romper com as premissas estruturais dessas determinações, durante os governos petistas, o Brasil não apenas "importa", mas também "exporta" um *modus operandi* de administração do capitalismo na periferia⁹, como uma estratégia de inserção brasileira no cenário internacional. Os programas "Fome Zero", "Bolsa Família" e, mais recentemente, o "Mais Médicos" são programas amplamente divulgados e elogiados pelos organismos internacionais, como práticas exitosas a serem adotadas por outros países em desenvolvimento.

A euforia era tamanha que, em 2012, numa reunião entre autoridades dos chamados governos progressistas da América Latina, criou-se o chamado "Consenso de Brasília". Uma tentativa de contraponto, com base na experiência petista, ao "neoliberalismo extremo", conjugando a economia de mercado com a "inclusão social".¹⁰ A manutenção da política macroeconômica dos anos de 1990, a valorização do salário mínimo e a promoção de políticas sociais para combate da extrema pobreza seriam práticas desse consenso.¹¹

⁷ CAMPOS, Pedro Henrique. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: INSTITUTO Rosa Luxemburgo. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁸ BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

⁹ Através de uma hábil política externa, Lula e os governos petistas viraram um grande símbolo de conciliação nacional e crescimento econômico. A face social convergia com o fortalecimento dos mercados internos latino americanos e a formação de monopólios nacionais. Em 2011, visitando a Colômbia, Lula afirmou para um público de empresários "*Hoje não necessitamos da espada de Bolívar, mas de bancos de investimentos e crédito. Não devemos ter medo de emprestar aos pobres, porque além de pagarem tornam-se compradores do que as empresas produzem*". Ver: Empezó el Primer Foro de Inversión Colombia-Brasil, 3 de agosto de 2011 em www.portafolio.co.

¹⁰ Ver: Consenso de Brasília: Modelo para armar a América Latina, 6 de outubro de 2012 em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Consenso-de-Brasilia-modelo-para-armar-na-America-Latina%0D%0A/6/25864>.

¹¹ Há uma extensa bibliografia crítica sobre a relação entre políticas sociais e a acumulação capitalista contemporânea. Ver: NEVES, Lúcia (org). *A nova pedagogia da hegemonia*. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Ed. Xamã, 2005; CASTELO, Rodrigo. *Social-Liberalismo*. O auge e a crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

O empenho dos governos petistas em promover e difundir programas sociais desenvolvidos no Brasil, hoje, já é reconhecido por diversos pesquisadores e setores da sociedade. Todavia, este empenho ainda é muito pouco conhecido e pesquisado, mesmo sendo crescente a bibliografia dedicada à expansão e mudança de direção da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD), ofertada pelo país durante os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.¹²

Nesse breve artigo, não pretendemos analisar a hipotética relação entre internacionalização das empresas brasileiras e da agenda social brasileira para a América Latina. O assunto mereceria mais aprofundamento e pesquisa. Nesse sentido, optamos por recortar um pouco este tema: estudar as relações Brasil-Cuba durante os governos petistas, para conseguirmos avançar na compreensão crítica dessas relações.

As Relações Brasil-Cuba

São Paulo, dia 21 de Novembro de 2013. A Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) organizava um seminário impensável anos atrás, intitulado: "Oportunidades de Investimentos em Cuba". O seminário contou com exposições do então Ministro do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba, Rodrigo Malmierca Díaz, a diretora do Escritório Regulador da Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel, Ana Tereza Igarza, o diretor da multinacional brasileira Odebrecht, Mauro Hueb, o presidente da empresa de tabaco cubano-brasileira Brascuba, Alexandre Carpenter, e o representante da indústria biotecnológica e farmacêutica cubana Biocubafarma, Norkis Arteaga¹³.

Havana-Cuba, 27 de Janeiro de 2014, nos marcos da 2ª Cúpula da Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos (Celac), o então governo brasileiro firma mais um acordo bilateral com o governo cubano, que estabelece a cooperação entre empresas brasileiras e cubanas, para que desenvolvam conjuntamente processos para novos medicamentos contra o câncer e enfermidades autoimunes. A assinatura do documento entre os Ministérios da Saúde dos dois países e o Grupo das Indústrias Biotecnológica e Farmacêutica (BioCubaFarma) se dá no âmbito do Comitê Gestor Binacional (CGB), criado em 2011.

Também foi assinado, nessa ocasião, um Termo de Compromisso para a criação de uma empresa mista entre a Biocubafarma e a multinacional brasileira Odebrecht, para a constituição da planta produtiva de biofármacos na Zona

¹² AYLLÓN, B. y COSTA, I. La Cooperación Sur – Sur de Brasil: proyección solidaria y política exterior. In: AYLLÓN, Bruno y SURASKY, Javier (coords): *La Cooperación Sur: Sur en Latinoamérica: utopía y realidad*, Madrid, Ediciones La Catarata/IUDC-UCM, 2010, pp. 69-101.

¹³ Seminário de Oportunidades em Cuba, 21 de novembro de 2013, disponível em <http://www.fiesp.com.br/agenda/oportunidades-de-investimentos-em-cuba/>

Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM). Esse projeto, de empreendimento privado, utilizaria capacidades tecnológicas tanto do Brasil quanto de Cuba, focando na produção de medicamentos para testes clínicos. A parte cubana contribuiria com produtos, conhecimento tecnológico, recursos humanos qualificados, experiência na condução de ensaios clínicos e certificação da instalação produtiva. Já a empresa brasileira, entraria com o financiamento para o desenvolvimento da infraestrutura, com a construção da planta produtiva, e realizaria os esforços para o acesso de produtos ao mercado brasileiro. A planta seria utilizada para o fornecimento de produtos necessários à realização de estudos clínicos no Brasil e em Cuba¹⁴.

Cuba, na última década, passou a ser o principal parceiro econômico e comercial do Brasil na América Central. Para além de uma mera relação comercial, as relações Brasil-Cuba vêm ocupando grande espaço na agenda política de ambos os países. Recentemente, no bojo do processo de impedimento da presidente eleita, Dilma Rousseff, repercutiu na grande mídia, o financiamento de quase 1 bilhão de dólares do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) às exportações de quase 400 empresas brasileiras para a construção do Porto de Mariel, em Cuba¹⁵, assim como, a vinda de milhares de médicos cubanos para a efetivação do programa "Mais médicos" do governo federal.

Inicialmente, predominou a tentativa de associar ideologicamente o então governo petista ao governo cubano. Após o processo questionável e, no mínimo, ilegítimo de impeachment da presidente eleita, as críticas e comentários diminuíram consideravelmente. A FIESP, em novembro de 2016, continuou a promover missões empresariais à Feira de Cuba e o novo governo brasileiro enviou os ministros José Serra e Roberto Freire ao funeral do líder revolucionário cubano, Fidel Castro¹⁶. Ou seja, os vínculos Brasil-Cuba parecem ser mais profundos do que uma simples associação ideológica entre governos.

Existiria alguma relação entre a abertura do crescente mercado cubano para capitais "brasileiros" e acordos de cooperação social, técnica e científica entre os países? Em nossa avaliação é possível e necessário fazer essa reflexão,

¹⁴ Brasil e Cuba firmam acordo para pesquisa e produção de biofarmacos, 28 de janeiro de 2014 em <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/01/brasil-e-cuba-firmam-parceria-para-pesquisa-e-producao-de-biofarmacos>

¹⁵ Cabe ressaltar o papel protagonista da famosa empresa multinacional brasileira Odebrecht. Atualmente, as organizações Odebrecht incluem a famosa construtora e também uma empresa muito maior, a Braskem, conglomerado petroquímico que possui polos no Sul e no Nordeste, líder na América e o terceiro grupo petroquímico das Américas, atrás apenas de gigantes como Exxon e Dow Chemical. (...) Outros projetos da organização se situam nas concessões rodoviárias, concessões de energia e até no agronegócio, em que a empresa ETH, pertencente ao grupo, pretende investir R\$ 5 bilhões no setor açúcar e de álcool até 2014.

¹⁶ Mesmo após o impedimento da presidente Dilma e todo discurso anticomunista de setores sociais e políticos pró impeachment, o governo Temer ensaia uma maior aproximação com Cuba. Ver: <http://oglobo.globo.com/economia/governo-temer-ensaia-aproximacao-com-cuba-20840280>

em especial com os diversos acordos envolvendo políticas de saúde. Olhando para o histórico da relação entre Cuba e Brasil, veremos que ela sofreu grande influência, não só internacional (devido ao bloqueio econômico estadunidense), mas também de ordem interna. É necessário lembrar que a sociedade brasileira viveu mais de 20 anos de ditadura empresarial-militar. Durante esse período, foi dado peso reduzido às trocas comerciais entre esses países, seguindo seu alinhamento aos Estados Unidos na América Latina. Isso, também, fez com que até hoje a maior parte da produção bibliográfica existente sobre as Relações Internacionais atribuisse às relações Brasil-Cuba um papel secundário.¹⁷

Essa relação, distante entre os países latino-americanos em questão, só começou a ser revertida em meados da década de 1980. Cuba, nessa época, ainda era a grande fornecedora de cana-de-açúcar para a URSS – que, em troca, fornecia quase tudo que era necessário à ilha. Apesar de uma maior aproximação, os países da América Latina, muito dependentes dos Estados Unidos, ainda "obedeciam" ao bloqueio econômico a Cuba, que foi intensificado na década de 1990.

O Brasil reestabelece relações com o governo cubano em 1986. Mas, sem dúvida, a partir de 2003, as relações comerciais e políticas Brasil-Cuba passam a outro patamar. Segundo o Ministério de Relações Exteriores do governo brasileiro, entre 2003 e 2013, o comércio bilateral Brasil-Cuba cresceu quase 580%, passando de US\$ 91,99 milhões para US\$ 624,79 milhões. Nesse mesmo período, as exportações do Brasil para Cuba aumentaram 736%, passando de US\$ 69,61 milhões para US\$ 582,17 milhões; as importações do Brasil originárias de Cuba cresceram 332%, de US\$ 22,38 milhões em 2003, para US\$ 96,62 milhões em 2013.¹⁸

Entre 1986 e 2015, foram assinados 107 atos bilaterais entre Brasil e Cuba, sendo 57 atos assinados dentro dos oito anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹⁹. Fora isso, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, a relação bilateral entre os países se aprofundou. Podemos citar aqui alguns exemplos, como:

(1) O empréstimo efetuado a Cuba pelo BNDES, com intermédio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para a ampliação e revitalização do Porto de Mariel. Este totalizou o valor de quase US\$ 1 bilhão, para ser utilizado em quatro anos, e foi efetuado com a premissa de que o valor somente poderia ser empregado na compra de produtos e serviços brasileiros.

¹⁷ Como exceção a isso, temos a obra do diplomata Gustavo Henrique Bezerra, que trata do período de 1959 a 1986, período que em grande parte, Cuba e Brasil não tiveram relações diplomáticas oficiais. BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986)*. Brasília: FUNAG, 2010.

¹⁸ Dados disponível via Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do governo brasileiro. Ver: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>

¹⁹ Pesquisa realizada no Sistema Consular Integrado de atos internacionais do Ministério das Relações Exteriores. Ver: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>.

(2) A vinda de médicos cubanos, para complementação do contingente de profissionais, na implementação do programa do Governo Federal 'Mais Médicos para o Brasil', sendo que durante o governo Dilma cerca de 11 mil cubanos estavam trabalhando em território brasileiro.

(3) Criação do Fórum Empresarial Brasil-Cuba, em 2011, organizado pela FIESP, que busca atrair investimentos brasileiros à ilha, mostrando os benefícios existentes para a construção de empresas e empreendimentos (hotéis, resorts) no país.

Para entender a intensificação das relações entre Brasil e Cuba supracitada, é importante fazermos uma breve análise da correlação de forças internamente. O conjunto de elementos políticos e econômicos mencionados torna evidente o fato de que as relações bilaterais entre Brasil e Cuba passaram por mudanças qualitativas e quantitativas, a partir de 2003, ano que marcou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal.

A partir de uma interpretação gradualista e institucionalista, dominante no interior do partido, dentro de sua estratégia "democrática e popular", o PT chega ao poder no Brasil por meio de uma ampla coalizão entre partidos de centro-direita e esquerda, sob a perspectiva de uma frente política "antineoliberal". Ainda em 2002, através da famosa "Carta ao Povo Brasileiro", Lula firma compromisso com a continuidade de uma política macroeconômica em sintonia com os ditames do capital financeiro²⁰.

Já em 2002, o ex-presidente conservador, José Sarney, analisava positivamente o papel do PT para a "união nacional" e a democracia brasileira: "*O Lula vai conter as tensões sociais na área do campo, na área sindical e vai, ao mesmo tempo, ter condições de negociar concessões da área conservadora. Vai fazer o pacto social que eu não consegui fazer em meu governo.*".

Por sua influência política e social, sem promover rupturas, o PT buscou se preparar para o poder político. Isto é, se outrora o partido pretendia formar quadros preparados para dirigir reformas estruturais de caráter democrático e popular, os quadros petistas se converteram em administradores da máquina estatal e de fundos de pensão. Com isso, as reformas passaram a se limitar à administração da vida institucional, em nome da governabilidade.

Todavia, quando abordamos e lemos sobre a política externa dos governos petistas, há uma notável dificuldade em relacionar sua ação no cenário internacional com a dinâmica interna da sociedade brasileira. Por um lado, há uma tendência de estudiosos das relações internacionais "realistas" de

²⁰ Há uma densa e extensa bibliografia sobre a História do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos baseamos para a escrita desse artigo nas seguintes referências: IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011. MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

compreender o Estado, não como um fim ou cercado de interesses acima da sociedade, mas um complexo de relações e disputas assimétricas. Já entre os críticos marxistas do período, há a tendência de valorizar a influência direta de grupos e associações empresariais ligadas ao Estado nos rumos da política externa.

Apesar das grandes contribuições já existentes²¹, entendemos que há um vácuo para a compreensão da política externa dos governos petistas. Justamente, ao tentarmos compreender essas múltiplas relações, podemos avançar também em análises mais totalizantes sobre o caráter das políticas sociais em vigor. Ao afirmarmos que a política externa entre países é determinada, também, pela correlação de forças interna e pela dinâmica própria dos países.

A transnacionalização de empresas brasileiras e os investimentos em Cuba:

A transnacionalização das empresas brasileiras contou com uma estreita aliança política e social com o Estado. Esse processo, de média duração, tem sua gênese na aliança entre empreiteiras e a ditadura militar, e se intensificou com a formação de grandes conglomerados multinacionais brasileiros durante os governos petistas. Nas palavras do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum de Davos, em 2005: *"Uma coisa que eu tenho provocado sistematicamente nos empresários brasileiros é que eles não devem ter medo de virar empresas multinacionais, que não devem ter medo de fazer investimentos em outros países, até porque isso seria muito bom para o Brasil"*²².

Contando com forte apoio logístico de programas governamentais e financiamento de instituições nacionais, como o BNDES e o Banco do Brasil, formaram-se grandes oligopólios brasileiros, capazes de competir internacionalmente, tendo como foco de negócios a América Latina, a África e o Oriente Médio. Em especial, o continente latino-americano, onde os resultados desse processo foram mais significativos.

A intensificação da expansão de capitais brasileiros pelo mundo foi ainda mais possível devido a uma conjuntura particular no bojo da crise sistêmica do capitalismo. Por um tempo, enquanto os países centrais estavam em apuros, sofrendo os impactos da pior crise financeira e recessão econômica desde a

²¹ Ver: FREIXO, Adriano; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo (Orgs). *A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um Balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

²² Discurso de Lula na plenária do fórum econômico de Davos, 12 de março de 2016, em: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/discurso-de-lula-a-plenaria-do-forum-economico-mundial-m0042102>.

Grande Depressão de 1929, por um breve período, o chamado BRICS foi o motor do crescimento global, segundo o historiador inglês Perry Anderson²³.

O sucesso dessa expansão do capitalismo brasileiro estava associado ao modelo de crescimento econômico petista, o qual se baseava, superficialmente, em dois vetores: 1) Um superciclo de aumento nos preços das mercadorias e um boom do consumo interno. Entre 2005 e 2011, os ganhos comerciais do Brasil aumentaram para mais de um terço, pois a demanda por matéria-prima da China e de outras partes do mundo aumentou o valor das principais exportações, assim como o volume de retorno fiscal para gastos sociais. 2) Durante o seu governo, a principal estratégia do PT foi expandir a procura interna, ao aumentar o poder de compra das classes populares. E isso foi possível, não apenas com o aumento do salário mínimo e com transferências de renda para os pobres – a ‘Bolsa Família’ –, mas também por uma massiva injeção de crédito nos consumidores. Durante a década de 2005 a 2015, o total de débitos controlados pelo setor privado aumentou de 43% para 93% do PIB, com empréstimos aos consumidores atingindo o dobro do nível dos países vizinhos.

Sumariamente, o ciclo de crescimento econômico associado ao Estado, a política das campeãs nacionais do BNDES, os aportes de fundos de pensão como o Fapes, o estabelecimento de um novo pacto social e a recessão econômica nos países imperialistas possibilitaram um clima propício para o fortalecimento dos negócios de transnacionais brasileiras no Brasil e no mundo.

Ainda existem pouquíssimos estudos acadêmicos sobre os investimentos brasileiros em Cuba. Sabe-se, publicamente, que cerca de 400 empresas brasileiras, como a Metalúrgica Martinazzo e as construtoras Medabil, Odebrecht e OAS, fazem negócios em Cuba. Atualmente, a "abertura controlada" do mercado cubano tem sido disputada pelos capitais multinacionais brasileiros.

A Revolução Cubana chegou ao final do século XX marcada por um duplo desafio, vencer o desmoronamento do bloco soviético - com quem Cuba mantinha relações intensas – e, no âmbito interno, superar uma profunda crise econômica e social que assolou o país, impactando, parcialmente, nas conquistas sociais revolucionárias. No âmbito externo, o país viveu o aprofundamento do bloqueio estadunidense e a necessidade de reconstituir laços políticos e econômicos com a comunidade internacional.

Na primeira década do século XXI, Cuba tem desenvolvido uma política externa que, embora, mantendo as características fundamentais de décadas anteriores, procura adaptar-se ao novo contexto. Nesse sentido, pode-se apontar o intenso ativismo pelo globalismo, pela afirmação da soberania nacional, pela inserção crítica no sistema internacional, pela relação intensa com a América

²³ Ver: ANDERSON, Perry: A crise no Brasil. <http://www.esquerda.net/artigo/crise-no-brasil-parte-1/42445>.

Latina e pela cooperação internacional fundada no internacionalismo, entre outras²⁴.

Às características supracitadas pode-se acrescentar que, a partir dos anos 1990, a política externa cubana, adaptando-se à conjuntura interna e internacional, incorporou o pragmatismo, o papel propositivo e negociador nos conflitos regionais (da América Central e do Sul), a cooperação internacional fundada na diplomacia social e, principalmente, a diversificação de parcerias políticas e econômicas. Sendo assim, tem início um período de "atualização" do sistema, cujo pano de fundo são as demandas sociais e econômicas, e a necessidade de recomposição das relações internas. Embora reconhecendo que tal estratégia de diversificação de parceiros possui diversas dimensões (política, diplomática, ideológica etc.), a dividiremos em dois polos.

O primeiro polo está nas relações com governos de esquerda na América Latina, em especial a Venezuela, que até 2006 vivia o ápice da "Revolução Bolivariana" e um momento econômico muito próspero, devido à alta dos preços do petróleo. A criação da ALBA e os inúmeros acordos bilaterais foram algumas iniciativas que contaram com o protagonismo deste campo, liderado por Venezuela e Cuba. O segundo polo da política externa de Cuba seria o do pragmatismo para buscar melhores acordos comerciais. Trata-se de relações com graus de intensidades diferenciados com a União Europeia e os BRICS, em especial Brasil e China.

Nesse sentido, a renomada medicina cubana e o seu avançado polo biotecnológico, além de serem utilizados como instrumentos de solidariedade e humanismo para outros povos, também são peças importantes na estratégia geopolítica cubana. A BioCubaFarma, empresa mista cubana, fabricante de medicamentos e biotecnologia, criada em 2013, visa ocupar cada vez mais espaço no mercado regional latino-americano²⁵.

Contudo, o mais famoso investimento brasileiro na ilha revolucionária, sem dúvida, foi o Porto de Mariel. O porto é uma Zona Especial de Desenvolvimento do socialismo cubano. Segundo as deliberações do VI Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), há o objetivo de "*promover a criação das Zonas Especiais de Desenvolvimento que permitam incrementar a*

²⁴ Ver: ALMENDRA, C. C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, O. *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo, Xamã, 1998; ALZUGARAY TRETO, C. Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI: uma abordagem a partir da ilha. In: *Relações Internacionais*, IPRI, Lisboa, março de 2007, 89-104; _____. La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados. *Política Internacional*, La Habana, vol. I, n. 1, p. 14-32, enero-julio 2003; AYERBE, L. F. (org.). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Barcelona/Buenos Aires: Icaria/CRIES, 2011.

²⁵ BioCubaFarma: Indústria estratégica, com sólido posicionamento internacional. 24 de março de 2016 em <http://www.granma.cu/idiomas/portugues/cuba-p/27febrero-9biofarma.html>

exportação, a substituição de importações efetivas, os projetos de alta tecnologia e desenvolvimento local; e que contribuam com novas fontes de emprego”²⁶.

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD): O Caso Brasil-Cuba.

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) foi um instrumento extremamente utilizado na política externa petista visando consolidar as chamadas relações Sul-Sul. A CTPD baseia-se na percepção de que os países dependentes poderiam tentar compartilhar experiências "bem sucedidas". As principais diretrizes da CTPD, acordadas entre as ditaduras militares sul americanas, estabelecidas no Plano de Ação de Buenos Aires, de 1978 são: a CTPD é multidimensional, contando com a participação de organizações públicas e privadas; sua implantação pode ser apoiada por países desenvolvidos e organizações internacionais; a CTPD deve respeitar a soberania nacional, independência econômica, igualdade de direitos e não ingerência nos assuntos internos das nações. Segundo o mesmo documento, os objetivos da CTPD seriam: promover o autossustento dos países em desenvolvimento, através do aperfeiçoamento de suas próprias capacidades; promover a autoconfiança dos países em desenvolvimento; e fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento de identificar, estudar e solucionar os empecilhos ao seu desenvolvimento.

Especialmente após a criação, em 1987, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), segundo Carlos Alfonso Iglesias Puente²⁷, a CTPD brasileira buscou diferenciar-se da cooperação técnica tradicional, rejeitando o caráter assimétrico e desigual entre prestador e receptor, o qual deveria ser substituído por uma relação de efetiva parceria. A "solidariedade" e a política externa "altruísta" do Brasil, baseadas na exportação de um modelo de desenvolvimento "inclusivo", acabaram por gerar situações altamente vantajosas para a internacionalização de empresas brasileiras. A CTPD, de forma direta e indireta, abria mercados para empresas brasileiras no exterior, fazia crescer a balança comercial entre países dependentes, de forma totalmente favorável ao Brasil. Ou seja, trata-se de uma habilidosa política de expansão do capitalismo brasileiro, por meio de uma "agenda social" aparentemente progressista.

No caso das relações Brasil-Cuba, há um verdadeiro "boom" de cooperações técnico-científicas após a chegada de Lula da Silva à presidência da República. Dos 27 acordos assinados desde 1987, segundo o Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 25 foram

²⁶ Relatório Central ao VI Congresso. Disponível em português no site do jornal oficial do Partido Comunista Cubano "Granma": <http://www.granma.cu/granmad/secciones/6to-congreso-pcc/artic-06.html>

²⁷ PUENTE, C.A.I. *A Cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: A evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento-CTPD-no período 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

assinados durante os governos petistas. O programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba foi instituído no ano de 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, a qual estabeleceu a formação de dois grupos distintos para o tratamento dos temas referentes à cooperação científica e técnica. Curiosamente, após o início da construção do porto de Mariel, crescem ainda mais os acordos técnico-científicos.

Ao final de 2011, encontravam-se, em execução no Programa bilateral, 12 (doze) projetos nas áreas de agricultura, geologia, saúde, gestão bancária, vigilância sanitária e metrologia.

Ao longo de 2011, teve destaque a realização da segunda fase do projeto de apoio à produção de soja e milho em Cuba, iniciada em outubro de 2010, entre a Embrapa e a União Agropecuária Militar de Cuba. Nessa etapa da cooperação, a Embrapa consolidou a utilização de variáveis de sementes de soja que apresentam grande produtividade, e transferiu conhecimentos sobre controle de pragas. Esse projeto foi acompanhado com grande interesse pelo agronegócio brasileiro, e em uma das visitas do ex-presidente Lula, Blairo Maggi (maior plantador de soja do mundo) acompanhou com entusiasmo o desenvolvimento do projeto²⁸.

Na área de saúde,²⁹ destacou-se a conclusão dos projetos para implantação de Bancos de Leite Humano e para controle de qualidade de medicamentos comercializados entre os dois países. No âmbito da cooperação sobre aleitamento materno, o Hospital Universitário Abel Santamaría Cuadrado, localizado na cidade de Pinar del Río, foi dotado do primeiro Banco de Leite Humano de referência em Cuba. A experiência brasileira adotada em Pilar del Río será replicada em outros Bancos, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por meio da implementação de novo projeto de cooperação sobre o tema. No tocante à cooperação sobre vigilância sanitária, Brasil e Cuba realizaram, em 2011, intenso intercâmbio de conhecimentos, que resultou na capacitação de 23 (vinte e três) técnicos, de ambos os países, nos métodos de análise de qualidade de vacinas e medicamentos que fazem parte do comércio bilateral regular.

²⁸ É de conhecimento público a abertura recente progressiva do mercado cubano para produtos e tecnologias do agronegócio brasileiro. Ver: Mercado Brasileiro é autorizado a exportar material genético agrícola para Cuba, 16 de agosto de 2016 em <http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=mercado-brasileiro-e-autorizado-a-exportar-material-genetico-avicola-para-cuba&edt=2&id=24007>. Ministra de Cuba em ao Brasil conhecer o sistema de produção agroindustrial, 26 de março de 2015 em <http://www.comexdobrasil.com/ministra-de-cuba-vem-ao-brasil-para-conhecer-o-sistema-de-producao-agroindustrial-brasileiro/>.

²⁹ Dados fornecidos no site da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), 8 de outubro de 2016 em <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cuba>.

Além de possibilitar articulações lucrativas para a iniciativa privada brasileira na área da saúde,³⁰ os acordos de cooperação técnica Brasil-Cuba também geraram consequências nas políticas de saúde internas do Brasil. Em especial, no âmbito da atenção primária, tão desenvolvida em Cuba. A experiência mais famosa, sem dúvida, foi o programa "Mais Médicos", criado e implementado no primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff.

Assim, cabe nos analisar, sumariamente, as consequências desses acordos para a política de saúde brasileira, pois, trata-se de uma interessante questão: enquanto o Brasil aumenta sua influência e seus negócios, através de acordos de cooperação técnica e um discurso social aparentemente progressista, também de alguma forma, elementos do modelo de saúde cubano são apropriados e inseridos dentro da lógica dominante da sociedade brasileira.

A Cooperação Brasil-Cuba nas políticas de saúde:

Uma das principais áreas de cooperação técnica entre Brasil e Cuba é, justamente, a saúde. Parcerias na produção e compra de medicamentos, a ajuda do Brasil na consolidação do Banco de Leite cubano e, principalmente, acordos que envolvem a troca de experiências e "aperfeiçoamento" no âmbito da atenção primária. Através de acordos nas áreas de biotecnologia, saúde bucal e medicina familiar, Cuba tenta compensar os investimentos brasileiros e a cooperação técnica em outras áreas mais dinâmicas da economia.

A professora de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Maria T. Garcia, ao organizar uma obra comparativa entre os sistemas de proteção social no Brasil e em Cuba, salienta que a lógica econômica "mais humana" na ilha caribenha repercute em um sistema de proteção social universalista e participativo.³¹ Segundo a autora, no Brasil, mesmo com a conquista de uma Constituição em 1988 com tendências universalizantes, o predomínio do capital financeiro e do neoliberalismo impõem políticas públicas mais restritas e focalizadas.

Nesse sentido, no caso Brasil-Cuba, o então governo petista brasileiro também importa políticas sociais de saúde. Uma importação parcial, mantendo as bases gerais dos ditames dos organismos internacionais, como o Banco Mundial. Trata-se de um modelo de exportação e importação de políticas sociais, sob a lógica da conciliação de classes para a administração do capitalismo. Vejamos como a cooperação Brasil-Cuba é apropriada internamente nas políticas de saúde.

As políticas de saúde são sintomáticas no período dos governos petistas. Inicialmente, havia, entre os movimentos sociais da saúde, grande expectativa

³⁰ Brasil e Cuba firmam parceria para pesquisa e produção de biofarmacos, 28 de janeiro de 2014 em <http://www.brasil.gov.br/saude/2014/01/brasil-e-cuba-firmam-parceria-para-pesquisa-e-producao-de-biofarmacos>.

³¹ GARCIA, M.T.C.; COUTO, Berenice Rojas; MARQUES, Rosa Maria (org). *Proteção Social no Brasil e em Cuba*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012.

para que o governo Lula incorporasse a agenda ética e política da Reforma Sanitária. Canais de participação foram criados e ampliados. De acordo com Juliana Bravo Menezes³², os Conselhos de Saúde, a ampliação do Conselho Nacional de Saúde e a realização da 12^a e 13^a Conferência Nacional de Saúde foram elementos que apontaram para uma nova forma de relação entre o Estado e os movimentos de saúde.

No entanto, apesar dos conflitos e contradições, essa nova forma de relação entre o Estado e os movimentos sociais não impediu que ocorresse a manutenção das políticas de saúde do período anterior. Segundo Maria Inês Bravo³³, houve uma continuidade das políticas de saúde dos anos 1990. Ao analisarmos as políticas de saúde adotadas pelos governos Lula e Dilma, é facilmente constatável o compromisso desses governos com o fortalecimento de programas de atenção básica, em especial, a “Estratégia de Saúde da Família” (ESF), já iniciados na década de 1990.

Segundo o Departamento de Atenção Básica (DAB) do Ministério da Saúde, a atenção básica é o primeiro nível de atenção à saúde e se caracteriza por ações no âmbito individual e coletivo, que abrangem promoção e prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, com o objetivo de impactar na vida dos indivíduos e das comunidades. Ela se desenvolve por meio de trabalho em equipe e é direcionada a populações de territórios definidos, pelas quais também assume responsabilidade sanitária.

Já a ESF, é uma estratégia para reorganizar a atenção básica brasileira, de acordo com os princípios do SUS, que tem por finalidade expandir, qualificar e consolidar a atenção básica no país. Segundo o próprio DAB, além de promover saúde individual e coletiva, a atenção primária propicia uma relação custo-efetividade mais vantajosa, em relação às atenções de média e alta complexidade – que dizem respeito aos serviços de especialidades médicas, de urgência ou emergência.

Para as economistas, Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes³⁴, entre 1994 e 2001, o número de equipes de saúde da família saltaram de zero para mais de 10 mil atuando em todo país. Já em 1996, os programas de atenção primária passam a ter financiamento federal. O próprio Banco Mundial³⁵, desde o início daquela década, já recomendava o investimento na atenção primária como um

³² MENEZES, J.S.B. O Conselho Nacional de Saúde na atualidade: reflexões sobre os limites e desafios. In: *Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos*. Bravo, M.I.S. & MENEZES, J.S.B. São Paulo: Cortez, 2012.

³³ BRAVO, M.I.S. *A Saúde nos Governos Lula e Dilma: Algumas Reflexões*. Rio de Janeiro: ADUFRJ, 2011.

³⁴ MARQUES, R M; MENDES, A. A política de incentivos do Ministério da Saúde para a atenção básica: uma ameaça à autonomia dos gestores municipais e ao princípio da integralidade? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2013.

³⁵ Ver: BANCO MUNDIAL *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1993: investindo em saúde*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

modelo mais eficiente e barato para os países em desenvolvimento. Isso porque a atenção básica atende os problemas mais comuns da comunidade, se utilizando de tecnologias de baixa densidade, incluindo procedimentos simples e de baixo custo.

Durante o segundo mandato de Lula, além de ampliar projetos no âmbito da atenção básica, como o "Brasil Sorridente" - programa de auxílio odontológico para a população de baixa renda -, o governo federal focaliza suas prioridades no SAMU e na Farmácia Popular. Além de restringir e não universalizar a ação social do Estado, o governo opera a intensificação do que Sara Granemann³⁶ chamou de "*formas não tradicionais de privatização das políticas sociais*", ou seja, através de mecanismos jurídicos-políticos os governos terceirizam para a iniciativa privada a elaboração e aplicação de políticas públicas. A proposta das Fundações Estatais que opera mais claramente essa contrarreforma do Estado. Segundo o então projeto, as Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) atuariam no desenvolvimento de atividades que não seriam "exclusivas" do Estado, como saúde, educação, serviço social, ciência e tecnologia, turismo, cultura, desporto, previdência complementar para o serviço público, etc.

Durante o primeiro mandato do governo Dilma, a tendência da focalização das políticas sociais e das "novas" formas de privatização se mantiveram. Hospitais e Unidades de Saúde da Família, geridos pelas chamadas Organizações Sociais, passam a ser bem comuns em diversas cidades pelo país. A diferença é que a conjuntura das lutas de classe se alterou.

Curiosamente ou não, após as chamadas "jornadas de junho"³⁷, a presidente Dilma anunciou a criação dos "Mais Médicos", como uma das respostas às "vozes das ruas". Lançado em 8 de julho de 2013, o "Mais Médicos" seria composto por três eixos: 1) O primeiro é fixar médicos, brasileiros ou estrangeiros, na rede pública de saúde de municípios do interior e nas periferias das grandes cidades (emergencial); 2) Reconfiguração da formação médica no país, ampliando vagas na graduação e nos programas de residência médica. 3) Melhoria da infraestrutura da atenção básica no país.

Diante da concentração de médicos nos grandes centros urbanos da região sul-sudeste, das más condições de trabalho na saúde pública e da falta de interesse dos médicos na atenção básica, o governo Dilma optou pela contratação de médicos de outros países, em especial cubanos. Depois da construção do Porto

³⁶ GRANEMANN, S. *Fundações Estatais: projeto de Estado do Capital*. Disponível em: <http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/08/fundacoes-sara-granemann.pdf>. Acesso em: 19/12/2016.

³⁷ Em 2013, explodem diversas greves pelo país de caráter econômico-corporativo. Em junho deste ano, ocorrem as supracitadas "Jornadas de Junho", massivos movimentos heterogeneos e policlassistas urbanos. Lutavam contra a carestia, o aumento do custo de vida, a má qualidade dos serviços públicos e a corrupção na política. Essa revolta foi canalizada entre setores da pequena burguesia até camadas mais populares que ascenderam sua capacidade de consumo e escolaridade durante os governos petistas.

de Mariel, a contratação de médicos cubanos para o "Programa Mais Médicos" foi a principal ação bilateral entre os dois países.

A reação do meio médico foi intensa, com muita repulsa à proposta inicial do governo de estabelecer o “Serviço Civil Médico Obrigatório” (por dois anos) no SUS e à contratação de médicos estrangeiros, em especial os cubanos. O Conselho Nacional de Medicina se "politizou" e foi um dos principais articuladores da reação contra o “Programa Mais Médicos”. Para além de manifestações racistas e xenofóbicas, houve um interesse econômico-corporativo nessa resistência, na medida em que tais medidas do governo seguiam a tendência de aumentar o chamado exército industrial de reserva, para reduzir gastos.

A contratação de médicos cubanos foi uma solução menos custosa e habilidosa, já que se trata de uma força de trabalho altamente qualificada no âmbito da atenção básica. Em 2016, mesmo após a consolidação do governo reacionário de Michel Temer, segundo o Ministério da Saúde e a Organização Pan Americana de Saúde (Opas), dos 18.240 médicos do programa "Mais Médicos", 11.429 são cubanos contra 5.274 médicos formados no Brasil. Cuba, como já é sabido por muitos, possui um dos sistemas de saúde mais bem avaliados do mundo. Na ilha caribenha, ao contrário do Brasil, o foco na atenção primária não exclui uma concepção integral e universal do sistema de saúde cubano.

Considerações finais:

O presente artigo pretendeu ser a primeira exposição de uma pesquisa inicial sobre o tema. Mais do que conclusões fechadas, formulamos caminhos, perguntas, dúvidas e inquietações sobre essa relevante temática contemporânea. Há uma relação entre política externa e interna? Acreditamos que sim. Afinal, a realidade não é compartimentada. Mesmo em um contexto de grande liberalização de capitais, formação e competição de grandes oligopólios internacionais, o Estado-Nação ainda é um instrumento central para a administração da crise do capitalismo e sua reprodução.

A política externa entre países, atualmente, não incide apenas em elaboração de acordos econômicos, militares ou ecológicos, mas, cada vez mais, se presta a buscar formas integradas de administrar o caos dos problemas sociais e civilizatórios, causados pelo modo de produção capitalista. A questão social ganha grande centralidade, o projeto em declínio, de inserir o Brasil com um novo papel na ordem mundial, também se relaciona com essa questão.

A ascensão de um partido operário e popular ao governo de uma das maiores economias do mundo foi um dos principais símbolos na gestão do Estado capitalista. Mas o fenômeno da formação de uma "esquerda para o Capital.",

como destaca Eurelino Coelho,³⁸ não se tratou de um episódio meramente brasileiro. O petismo foi um dos principais expoentes desse modo "alternativo" de gerir e expandir as relações capitalistas, sumariamente, apresentado no chamado "Consenso de Brasília".

O prestígio internacional do modelo de conciliação petista é construído através de uma hábil política externa. O caso da relação Brasil-Cuba é ilustrativo. Se temos dificuldades para identificar politicamente a face, mesmo que subalterna, de um propenso imperialismo brasileiro e a interferência direta na política interna dos demais países, sugerimos que a expansão e propaganda da agenda social e humanitária petista foi um instrumento para a exportação de capitais e internacionalização de empresas brasileiras. Um projeto de inserção negociada e relativamente independente do Brasil no cenário internacional.

Nesse sentido, o Brasil não seria apenas um país receptor de agendas sociais vinculadas ao FMI ou ao Banco Mundial. Como destaca Rubens de Siqueira Duarte³⁹, o discurso oficial brasileiro para a cooperação internacional, aparentemente solidário e altruísta, necessita ser criticado, relativizado e contextualizado e melhor estudado. A cooperação internacional Sul-Sul é um importante instrumento, direto e indireto, para a abertura de mercados e garantia da influência econômica brasileira em diversos países.

Não por acaso, a balança comercial Brasil-Cuba, conforme já demonstramos, é amplamente favorável ao Brasil. Os investimentos brasileiros em Cuba se intensificam após 2006, por um conjunto de elementos políticos e econômicos que envolveram os dois países. No caso do Brasil, o grau de monopolização da economia e a formação de grandes oligopólios multinacionais brasileiros já estavam plenamente consolidados. Politicamente, o crescimento econômico assegurava a formação de um "consenso" na sociedade brasileira, a favor dessa expansão e do consumo interno.

Ou seja, a intensificação das relações Brasil-Cuba vai muito além de ditas "afinidades ideológicas" entre os governos e partidos que estavam no poder. Para o Brasil, refletiam o padrão de acumulação em curso, a hegemonia política construída e as frações de classe mais influentes no aparelho de Estado. Mesmo após o golpe midiático e parlamentar de 2016, o enfraquecimento parcial de algumas empresas e bancos públicos que fazem investimentos e financiamentos diretos em Cuba, a ilha caribenha ainda deve permanecer como o principal parceiro comercial brasileiro na América Central. A ida do então chanceler brasileiro José Serra ao enterro de Fidel Castro e a continuidade do Fórum empresarial Brasil-Cuba são algumas mostras nessa direção, no entanto, é

³⁸ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT*. São Paulo: Xamã, 2012.

³⁹ DUARTE, Rubens de Siqueira. Inovar ou seduzir: uma análise do discurso oficial brasileiro para a cooperação internacional. *Conjuntura Internacional*, V. 10,,n. 1,p. 27-39,2013.

inegável que, diante das profundas transformações políticas e econômicas no Brasil, essas relações tendem a desacelerar.

Cuba também não é parte passiva e mera receptora nessa relação. Do ponto de vista cubano, a opção pela abertura para os capitais multinacionais brasileiros e dos BRICS faz parte de um processo de “abertura controlada de mercado”. Uma opção, a fim de preservar o poder político do Partido Comunista e as conquistas sociais da Revolução Cubana. Contudo, trata-se de um processo complexo e contraditório.

No período abordado, houve uma tentativa, por parte dos governos brasileiros, de aliar a atuação das multinacionais brasileiras no exterior às demandas populares, como parte de um pacto social rebaixado e dentro da ordem do capital-imperialismo. Na relação estudada, o aumento dos investimentos brasileiros em Cuba, a tentativa de criar uma empresa mista farmacêutica para vender remédios populares entre a Biocubafarma e a Odebrecht, e a contratação de médicos cubanos para o "Mais Médicos" são alguns exemplos dessa tentativa.

O polêmico e tão criticado "Mais Médicos" tem significados contraditórios. Por um lado, representou um salto de qualidade nos investimentos federais na atenção básica, investimentos que já têm sido diminuídos pelo governo de Michel Temer. Por outro, seguiu o paradigma de focalização das políticas sociais, tentativa de maior "proletarização" da categoria médica, redução de gastos e derrota das propostas universalistas para a seguridade social.

Contudo, apontamos que o ciclo mundial da conciliação de classes, tendo o petismo como uma dos principais expoentes, está em decadência. A crise do capitalismo, a ultra liberalização para os capitais e a hegemonia do capital financeiro, corroem as bases econômicas da conciliação. O aumento de investimentos em políticas sociais, mesmo que focais, tendem a diminuir ou serem ainda mais privatizados. Na política externa, como já demonstrou o primeiro ano de governo Temer, a inserção negociada e relativamente independente do Brasil tende a ser cada vez mais subordinada a grandes centros hegemônicos imperialistas.

Artigo recebido em 31.3.2017

Aprovado em 2.6.2017